



Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 35 / CEP: 86905-000 / Apucarana - Paraná



PROJETO DE LEI Nº. 010/2023

Câmara Municipal de Apucarana
Lido na sessão do dia ____/____/____
Visto: 1º secretário _____

Súmula:- Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-

L E I

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um **Crédito Adicional Especial** no valor de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei 93/2022, de 08 de novembro de 2022), como segue:-

| | |
|--|------------------|
| 11 – Fundo Municipal do Idoso | |
| 11.001 – Fundo Municipal do Idoso | |
| 0008.0244.0009.2149 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso | |
| Fonte de Recursos: 10104 – Transferências de Outros Programas – Lar São Vicente | |
| 333504300 – Subvenções sociais | 35.350,00 |
| 344504200 – Auxílios | 35.350,00 |
| TOTAL | 70.700,00 |

Art. 2º Como recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado o superávit financeiro verificado em 31/12/2022, **Fonte 10104**, nos termos do artigo 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 09 de fevereiro de 2023.



Assinado eletronicamente por:
SEBASTIAO FERREIRA
MARTINS JUNIOR
978.239.349-49

Assinatura digital extraída com certificado digital não ICP-Brasil.

Sebastião Ferreira Martins Júnior
(Júnior da Femac)
Prefeito Municipal





EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com os cumprimentos aos Senhores Vereadores e à Senhora Vereadora, nesta oportunidade, o Executivo Municipal submete à deliberação Legislativa o Projeto de Lei em apenso, que busca a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial** no valor de **R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais)**, no orçamento vigente.

A solicitação da Abertura de Crédito se refere ao repasse do valor respectivo, através do Fundo Municipal de Idoso, para o **Lar São Vicente de Paulo de Apucarana**. Conforme Plano de Aplicação da instituição, o recurso será para cobertura de despesas com material de consumo (*fraldas geriátricas*) e mobiliários e equipamentos (*arquivo, armário, cadeira de banho, carrinho para medicação, aparelho para aferir pressão, câmeras de monitoramento, DVR, impressora multifuncional e computadores*).

Destaca-se que a Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá conter autorização para a abertura de créditos especiais até determinada importância, conforme prevê o art. 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64¹, bem como o §8º do art. 165 da Constituição da República². Tais dispostos normativos, balizam a abertura de créditos adicionais especiais para suprir gastos supervenientes que serão registradas em *nova natureza da despesa*, conforme Art. 1º supra.

Diante das considerações supramencionadas e sob a óptica legal, o *Executivo Municipal*, solicita aos Senhores Representante do Legislativo Municipal, que após deliberação, a **efetivação deste Projeto em Lei**.

Encaminhado à comissão de JUSTIÇA,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO para emitir
parecer _____

PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de FINANÇAS,
ECONOMIA E ORÇAMENTO para emitir
parecer _____

PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de EDUCAÇÃO,
CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
para emitir parecer _____

PRESIDENTE

¹ Art. 7º A Lei da Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas às disposições do artigo 43;

² Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
(...)

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.